



CB TALKS

A riqueza ilícita do crime organizado

Evento reúne autoridades e especialistas para discutir segurança pública, avanço das facções e os impactos da criminalidade sobre a economia formal. A PEC da Segurança Pública, em tramitação no Congresso, será o pano de fundo

» RAFAELA BOMFIM*

O enfrentamento ao crime organizado exige uma atuação que vá além da prisão de integrantes das facções. O avanço das organizações criminosas sobre territórios, atividades econômicas e estruturas formais amplia o desafio para o poder público e coloca em debate a necessidade de atingir, também, o patrimônio e os fluxos financeiros utilizados para manter essas estruturas.

Nesse cenário, o Congresso Nacional discute mudanças no marco legal da segurança pública, por meio da da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18/2025, conhecida como PEC da Segurança Pública. Em outra frente, órgãos como Receita Federal, Ministério da Fazenda e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) identificam novas formas de atuação criminosas dentro da economia formal. Fraudes tributárias, sonegação estruturada e uso de empresas para movimentação de recursos estão entre os mecanismos que podem ser utilizados para ocultar dinheiro de origem ilícita e ampliar o poder das organizações.

Para Rodrigo Marinho, diretor-executivo do Instituto Livre Mercado, combater a estrutura financeira das facções é uma das formas de reduzir a sua capacidade de reprodução. “Uma organização criminosa não sobrevive apenas das pessoas que estão na ponta. Ela precisa de dinheiro para financiar operações, comprar bens, corromper, expandir sua atuação e ocupar novos mercados”, afirma.

Segundo Marinho, a prisão de integrantes continua sendo necessária, mas não é suficiente para desmontar uma organização. “Quando se ataca o patrimônio e os fluxos financeiros de origem ilícita, o objetivo deixa de ser apenas retirar indivíduos da operação e passa a ser reduzir a capacidade econômica da organização criminosa.” A medida também tem relação, segundo ele, com a proteção da atividade econômica. “O crime organizado cria uma concorrência absolutamente desleal com quem trabalha dentro da lei.”

A atuação das facções também passou

a exigir atenção sobre a maneira como recursos ilegais são transformados em patrimônio e negócios aparentemente regulares. De acordo com Marinho, as organizações criminosas procuram esconder a origem do dinheiro e utilizam diferentes estruturas para fazê-lo circular.

“O crime organizado não quer apenas o dinheiro ilícito. Ele quer transformar esse dinheiro em poder econômico”, explica. Empresas, imóveis, contratos, bens e pessoas podem ser utilizados, direta ou indiretamente, para dificultar a identificação da origem dos recursos. “O objetivo é simples: fazer o dinheiro ilegal circular sem revelar de onde veio e, a partir daí, financiar novas atividades criminosas.”

O especialista ressalta, porém, que isso não significa que a economia formal esteja dominada pelo crime. “Estamos falando de organizações criminosas tentando se aproveitar de estruturas legítimas para esconder recursos e ampliar seu poder.” Para ele, interromper essa movimentação financeira é essencial para limitar a capacidade de investimento e expansão das facções.

Outro ponto é o domínio territorial. A presença das organizações

criminosas em determinadas regiões pode afetar diretamente moradores e empresários, além de interferir no funcionamento de atividades econômicas.

“Quando um empreendedor precisa conviver com ameaças, cobranças ilegais ou regras impostas por criminosos para trabalhar em determinada região, estamos diante de uma ruptura das condições básicas para o funcionamento de uma economia livre”, afirma Marinho. Ele relaciona o problema à própria possibilidade de exercer atividades econômicas.

“Liberdade econômica não existe sem liberdade para circular, empreender, contratar, investir e proteger o próprio patrimônio.” Nesse sentido, o combate ao domínio territorial também envolve a preservação da propriedade privada e das condições necessárias para o funcionamento do mercado.

Marco legal

A PEC da Seguraça Pública busca

Polícia Federal/divulgação



Especialistas apontam que tão importante quanto prender os criminosos é interditar o caminho do dinheiro

ampliar mecanismos de enfrentamento ao crime organizado e fortalecer a atuação do Estado na repressão ao crime.

Também está em debate o PL 2.646/2025, apresentado pelo deputado federal Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), que propõe um marco legal voltado ao combate às organizações criminosas.

Para Marinho, as iniciativas precisam acompanhar a mudança no modo de atuação das facções. “Se o crime organizado está ficando mais sofisticado, a nossa resposta não pode ficar parada no tempo.” Segundo ele, a legislação precisa considerar não apenas a atuação criminosas nas ruas, mas também os mecanismos financeiros e econômicos utilizados pelas organizações.

“A Lei Antifacção colocou instrumentos importantes na mesa para enfrentar esse problema. Foi um passo necessário. Agora, precisamos dar os próximos passos, porque a segurança também é uma condição para o funcionamento de um mercado brasileiro forte e competitivo”, afirma.

Na avaliação dele, as propostas em discussão podem atuar de maneira complementar. “Não podemos deixar o crime organizado intimidar quem empreende, capturar atividades econômicas ou transformar dinheiro ilícito em poder. Proteger quem trabalha dentro da lei é proteger o próprio mercado brasileiro.”

Debate

O **Correio Braziliense** vai debater o tema na edição de amanhã do *CB Talks*. Especialistas e representantes de diferentes setores da economia vão discutir o fortalecimento da segurança pública e os desafios para frear a atuação do crime organizado e os impactos econômicos e sociais diante desse cenário. O evento também irá abordar os caminhos para ampliar a integração entre Estado, sociedade e iniciativa privada na segurança pública.

O encontro terá início às 9h30, na sede do jornal, e será transmitido ao vivo pelo YouTube. Esta edição do *CB Talks* tem o apoio do

Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP (SindiGás), do Instituto Combustível Legal e do Instituto Livre Mercado.

Foram convidados o ministro da Fazenda, Dario Durigan; o senador Izalci Lucas (PL-DF); o deputado federal Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP); o presidente do Instituto Combustível Legal (ICL), Emerson Kapaz; o professor da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador da Escola de Segurança Pública, Leandro Piquet Carneiro; o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas; e o presidente do SindiGás, Sérgio Bandeira Melo.

O debate pretende reunir diferentes áreas em torno de um mesmo desafio: fortalecer a capacidade do Estado de enfrentar o crime organizado e impedir que as organizações criminosas ampliem sua influência sobre territórios, recursos e atividades econômicas.

***Estagiária sob a supervisão de Edla Lula**

DESASTRE

Prefeitura apura desabamento de obra em SP

A prefeitura de São Paulo abriu uma apuração na Controladoria-Geral do Município (CGM) para investigar os procedimentos de fiscalização do prédio em construção que desabou sobre uma casa vizinha na Rua Tequici, na Penha, zona leste da capital. O acidente ocorreu na madrugada de sábado. Até ontem, o balanço apontava cinco mortos e uma pessoa desaparecida sob os escombros.

A construção, de 11 andares, atingiu o imóvel ao lado, onde moravam nove pessoas. Entre elas estava uma família boliviana, que também mantinha uma oficina de costura no local. Duas mulheres, uma delas grávida, morreram no início dos trabalhos de resgate. Ao longo do dia e da noite, o Corpo de Bombeiros encontrou outros três corpos.

Uma menina de 7 anos e um homem de cerca de 30 anos foram retirados dos escombros com vida e levados pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) ao Hospital Municipal do Tatuapé - Dr. Cármino Caricchio.

A operação de busca e salvamento mobilizou 59 bombeiros e 20 viaturas, além de equipes da Defesa Civil e da prefeitura. Cães farejadores também foram utilizados nas buscas.

Segundo o Corpo de Bombeiros, os trabalhos continuarão até a localização da última pessoa desaparecida, sem previsão para o encerramento da operação.

A Defesa Civil interditou três residências que ficam no mesmo terreno da casa atingida e mantém equipes na região. As causas do desabamento ainda não foram determinadas. Segundo a corporação, não é possível atribuir o acidente apenas às fortes chuvas que atingiram a cidade durante a madrugada.

Obra irregular

Segundo a prefeitura, a construção começou em 2019 sem alvará e foi alvo de sucessivas fiscalizações da Subprefeitura Penha. O município aplicou multas, uma delas de R\$ 119 mil, e determinou a interdição da obra. Um pedido de alvará apresentado pelo responsável pela construção naquele ano havia sido negado.

Diante do descumprimento das determinações, a Procuradoria-Geral do Município recorreu à Justiça em 2021 e obteve uma liminar que determinava a paralisação imediata dos trabalhos.

Em 2022, um novo projeto para o terreno foi apresentado à Prefeitura. Um novo

alvará foi concedido em agosto de 2023, mas condicionado à demolição da estrutura anterior.

Em fevereiro de 2024, uma vistoria resultou em laudo assinado por uma servidora da Subprefeitura Penha que atestava o cumprimento da demolição.

É essa vistoria que está no centro da investigação da CGM. Segundo apuração preliminar da Prefeitura, a partir de checgens com moradores da região e de imagens de satélite, a demolição exigida no alvará de 2023 não teria sido realizada.

A servidora responsável pelo laudo foi afastada das funções por 30 dias. De acordo com o controlador-geral do município, Daniel Falcão, a medida busca evitar eventual interferência nas apurações internas.

A Polícia Civil também investiga o caso, por meio do 24º Distrito Policial, e tenta localizar os responsáveis pela construtora para esclarecer as irregularidades apontadas pela Prefeitura.

O prefeito Ricardo Nunes esteve no local do desabamento e classificou a obra como irregular. Ele também citou o histórico de multas e interdições registrado desde 2019.

Em nota, a New Home Construtora, responsável pela obra, informou ter aberto uma investigação interna para apurar

Reprodução



A construção começou em 2019 sem alvará e foi alvo de fiscalizações e multas

o desabamento. A empresa afirmou que, neste momento, não há elementos que permitam atribuir o acidente exclusivamente a uma conduta da companhia.

Segundo a construtora, a movimentação de terra em um terreno vizinho também será analisada como possível fator relacionado ao desabamento.